



PROCESSO	DOCUMENTO DE FISCALIZAÇÃO Nº 1000023159/2015
AUTUADO	TORRESGP, ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
ASSUNTO	AUSÊNCIA DE REGISTRO NO CAU

## DELIBERAÇÃO Nº 134/2017 – CEP – CAU/MT)

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/MT, reunida ordinariamente em Cuiabá-MT, na sede do CAU MT, no dia 04 de dezembro de 2017, no uso das competências que lhe conferem o Art. 46 do Regimento Interno do CAU/MT, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que o Relatório e Voto Fundamentado do relator do processo, conselheiro (a) Eliane de Campos Gomes, apreciado pela Comissão de Exercício Profissional do CAU/MT nesta data.

### DELIBEROU:

1 – Acompanhar o Relatório e Voto Fundamentado do conselheiro relator no âmbito da CEP-CAU/MT.

Cuiabá - MT, 04 de Dezembro de 2017.

ELIANE DE CAMPOS GOMES \_\_\_\_\_

**Coordenadora da CEP – CAU/MT**

FRANCISCO JOSÉ DUARTE GOMES \_\_\_\_\_

**Conselheiro Titular**

ALTAIR MEDEIROS \_\_\_\_\_

**Conselheiro Titular**

JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS \_\_\_\_\_

**Conselheiro Titular**

CARLOS ALBERTO OSEKO JÚNIOR \_\_\_\_\_

**Conselheiro Titular**



PROCESSO	DOCUMENTO DE FISCALIZAÇÃO Nº 1000023159/2015
AUTUADO	TORRESGP, ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
ASSUNTO	AUSÊNCIA DE REGISTRO NO CAU
RELATOR	ELIANE DE CAMPOS GOMES

### RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO

Trata o presente processo de ausência de registro no CAU da pessoa jurídica ME, sob TORRESGP ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, e nome fantasia PROJEÇÃO ARQUITETURA, INTERIORES E CONSTRUÇÃO, CNPJ nº 11.065.393/0001-38.

Considerando que a agente de fiscalização Sra. Ana Carolina Rodrigues realizou relatório de fiscalização em 29/06/2015, com a seguinte descrição (folhas 02): ***“Em pesquisa realizada no site Empresas do Brasil, constatou-se que a empresa TORRESGP ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, não possui registro no CAU. Como possui por objetivo social o exercício de atividades privativas de Arquitetos e Urbanista, faz-se necessário o Registro de pessoa jurídica perante ao CAU.”***

Considerando que a agente de fiscalização supracitada realizou a Notificação Preventiva na data 11/08/2015 e possuindo mesma descrição e que no dia 24/03/2016 a pessoa jurídica autuada recebeu a Notificação Preventiva n. 1000021946/2015, conforme previsto no art. 42 da Resolução n. 22/2012 CAU/BR;

Considerando que o prazo para regularização da notificação preventiva é de 10 (dez) dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao seu recebimento, conforme art. 13, parágrafo único da Resolução n. 22/2012 CAU/BR. Assim sendo, o prazo para regularização encerrou em 04/04/2016;

Considerando que a agente de fiscalização Sra. Ana Caroline Rodrigues lavrou o auto de infração em 18/05/2017 e que no dia 08/07/2016 foi entregue no endereço cadastrado, e relatou ainda, que não houve regularização da situação no prazo concedido, conforme previsto no art. 15, que dispõe:

***“Art. 15. Esgotado o prazo estabelecido na notificação sem que a situação tenha sido regularizada, será lavrado o auto de infração contra a pessoa física***



*ou jurídica notificada, indicando a capitulação da infração e da penalidade cabível.*

*§ 1º O auto de infração é o ato administrativo processual lavrado por agente de fiscalização do CAU/UF que instaura o processo administrativo e expõe os fatos ilícitos atribuídos à pessoa física ou jurídica autuada, indicando a legislação infringida.*

*§ 2º Caso os fatos envolvam, na atividade fiscalizada, a participação irregular de mais de uma pessoa física ou jurídica, deverá ser lavrado um auto de infração específico contra cada uma delas. ”*

Considerando que a pessoa jurídica autuada tem o prazo de 10 (dez) dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao seu recebimento, conforme art. 16, VII e art. 45 da Resolução n. 22/2012 CAU/BR para efetuar o pagamento da multa e regularizar a situação ou apresentar defesa à Comissão de Exercício Profissional do CAU/MT.

Considerando que a pessoa jurídica autuada e que a notificação do auto de infração em nome da empresa Projeção, Arquitetura, Interiores e Construção foi entregue no endereço cadastrado, no dia 08/07/2016 e que o prazo para regularização era dia 18/07/2016, conforme Art.13. Parágrafo único, Art. 42 e 45 da resolução CAU/BR n22/2013.

Considerando que após a ciência do Auto de Infração, a interessada não apresentou defesa tempestiva e não regularizou a infração, pois não consta até a presente data, registro da empresa perante o CAU e nem perante ao CREA

Considerando que até a presente data não foi apresentada defesa frente ao Auto de Infração através do documento de encaminhamento a Comissão informa que a pessoa jurídica autuada não regularizou o fato gerador do processo de fiscalização e que a ausência de Registro da empresa no CAU/ MT é uma infração ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, conforme art. 35, X da legislação do CAU, que dispõe:

*“Art. 35. As infrações ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo nos termos definidos nesta Resolução serão punidas com multas, respeitados os seguintes limites:*

*X - Pessoa jurídica sem registro no CAU exercendo atividade privativa de arquitetos e urbanistas; Infrator: pessoa jurídica; Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e máximo de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade;*

*Infrator: pessoa jurídica;*

*Valor da Multa: máxima de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade (R\$4393,80) e regularização da infração*



Diante do relato supramencionado, voto:

1 – DEFERIMENTO da manutenção do auto de infração, solicitando a regularização do ato infracional e aplicando multa máxima(R\$4393,80), conforme art. 35, X da Resolução n.22/2012.

Diante do relato supramencionado, solicito:

Cuiabá, 04 de dezembro de 2017.

ELIANE DE CAMPOS GOMES  
Relator da Comissão de Exercício Profissional